

A demora para julgar assassinato de Beto Freitas revela descaso



» MARIA HELENA DOS SANTOS
Jornalista, ativista social negra, mestranda em Educação, diretora de Comunicação da Frente Negra Gaúcha



No final de dezembro último, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) decidiu pela liberdade de três réus, até então presos sob a acusação de espancar e matar João Alberto Silveira Freitas, conhecido como Beto Freitas. O crime aconteceu nas dependências de uma unidade do supermercado Carrefour em Porto Alegre/RS, em 19 de novembro de 2020 e a repercussão teve alcance nacional.

É preocupante e causa indignação essa notícia de soltura da prisão dos acusados de serem responsáveis pelo assassinato do cidadão negro Beto Freitas. Quanto a autoria do crime, não há nenhuma dúvida, pois as imagens do brutal assassinato falam por si. Por outro lado, a decisão deferida pela 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, em 17 de dezembro, expõe a morosidade e o descaso que sugerem uma espécie de desleixo com que o Poder Judiciário vem tratando este caso.

Ainda que, do ponto de vista legal, justifique-se o fim da manutenção da prisão dos três réus, diante do prazo manifestamente desproporcional de suas prisões preventivas, pois o processo está pendente de julgamento. Ressaltamos que são 58 meses em que a família do Beto Freitas aguarda por Justiça e, ainda, não há data prevista para o julgamento.

A comunidade negra gaúcha e brasileira jamais esquecerá nítido crime com contornos racistas, perpetrado por dois homens brancos, e que culminou na morte de um homem negro às vésperas do Dia da Consciência Negra. A Justiça gaúcha negou, este ano, a hipótese de motivação racial para o crime, mas nós sabemos que o motivo da morte violenta de Beto foi por ele ter um corpo negro. Destaca-se que a ausência de condenação e de cumprimento de pena pelos criminosos racistas provoca, nessa comunidade e em vários setores da sociedade, uma sensação de que as “vidas negras NÃO importam” ao Poder Judiciário e à sociedade em geral, o que nos preocupa sobremaneira e viola a nossa humanidade.

Vale ponderar que, aos negros ou

negras que infringem a lei, ou cometem qualquer tipo de infração penal, muitas vezes, a pena capital, ou seja, a morte, é aplicada pelos próprios agentes policiais, com a condenação sumária sem chance de defesa. São casos frequentes de inúmeros assassinatos não justificáveis de jovens negros(as) por agentes públicos, sem que tais “representantes do Estado” sejam apresentados ao Poder Judiciário para que lhes sejam aplicados, com rigor, os trâmites de um processo legal.

Em contrapartida, parece-nos que, quando os mesmos jovens negros (as) são as vítimas, o Poder Judiciário, por vezes, não demonstra a mesma atenção e celeridade para a apuração e a condenação dos culpados. “O que me preocupa não é o grito dos maus, mas sim, o silêncio dos bons”, como nos ensinou Martin Luther King. Portanto, para que a sensação de impunidade não se amplie e a justiça no caso do “Beto Freitas” seja feita, considerando-se que este caso ganhou repercussão nacional e internacional, por ter ocorrido dentro de uma empresa multinacional.

Além disso, para que não pare qualquer dúvida quanto à lisura, atenção e aplicação rigorosa dos preceitos legais, reiteramos nossa preocupação e indignação, expressas neste artigo, requerendo ao Poder Judiciário a conclusão deste processo com a maior brevidade possível, agilizando o seu julgamento, que, certamente, esperamos que concluirá pela condenação e a punição exemplar aos culpados. Pretendemos que o caso sirva de exemplo a outros racistas, que parecem debochar das instituições quando violam, aviltam, atentam contra a vida e a humanidade de pessoas negras.

A Constituição Federal, no seu artigo 5º, preconiza que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. Portanto, devem ser aplicados a todos tais preceitos constitucionais.

Seguimos acreditando na Justiça, por mais que casos como esse nos causem estranheza, traga preocupação, indignação e, até mesmo, um certo constrangimento. Por isso, pedimos e exigimos justiça no caso do assassinato de Beto Freitas, por seus familiares e por toda a comunidade negra gaúcha e brasileira. E lembremos, oportunamente, as palavras de Desmond Tutu: “Se você fica neutro em situação de injustiça, você escolhe o lado do opressor”.

O social em 2025

» WOLF KOS
Presidente do Instituto Olga Kos, membro do Instituto Brasileiro de ESG e membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável



No início do ano, sempre definimos metas em busca de solidificar ações, como aquelas alinhadas com as práticas ESG — Ambiental, Social e Governança, que estão entre os compromissos assumidos por empresas em todos os setores em nosso País e no mundo. Ao abordar sobre ESG, trago para o centro minha reflexão sobre algumas medidas que podem ajudar a fortalecer a importância do Social entre a população e o universo corporativo.

Antes, porém, destaco sobre informações que começaram a ganhar força, no segundo semestre do ano passado, e tratam da extinção de programas de Diversidade e Inclusão (D&I) por grandes organizações nos Estados Unidos, o que pode impactar negativamente o Brasil, caso organizações nacionais decidam seguir o mesmo caminho que os norte-americanos.

Entendo que, neste momento, a exclusão de políticas de D&I não deve ser adotada, pois esses conceitos estão integrados ao pilar social, que é exatamente “o ser humano tratando do ser humano”, ou seja, o ponto de partida para que o ambiental, que trata da relação que temos com o planeta; e a governança, que trata de nossa relação com as empresas, sejam efetivos.

Assim, assumo a missão de ajudar a mostrar a necessidade de respeito e entendimento de D&I. O Instituto Olga Kos, que presido, tem 18 anos de atuação, trabalha pelo Social (o “S” de ESG) e entende que a extinção de políticas e programas que privilegiam D&I sequer devem ser cogitadas.

Lembro que pensando em como D&I são trabalhadas por empresas e o mercado de trabalho, o Instituto desenvolveu a Escala Cidadã Olga Kos (EcoK), métrica certificada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) que avalia como o social deve ser conduzido, partindo das variáveis arquitetônica, atitudinal, comunicacional, metodológica e programática. A EcoK tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal, como proposta para atualizar a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) que completará 10 anos em 2025 e é um marco no processo de inclusão social de pessoas com deficiência no país.

Aproveitando, observo como o papel das organizações sociais (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público — Oscips) são cruciais para a manutenção de compromissos sociais e reforço que devem ser mais e mais participativas para conscientizar e sensibilizar o Poder, mostrando as verdadeiras necessidades e soluções nas áreas em que atuam.

Outro aspecto alinhado ao Social e que merece atenção é que a gestão pública, seja municipal, estadual ou federal, deve assumir um protagonismo e promover mudanças positivas para a sociedade, como redução de desigualdades, promoção dos direitos humanos e luta constante por mais D&I. Nota-se que há muito trabalho a ser realizado nesse sentido.

Em tempo, quero observar que diante de episódios ambientais severos, como as queimadas que acabamos de assistir em Los Angeles, Estados Unidos (EUA); e as constantes enchentes que assolam o Brasil, entre as espécies, a primeira a ser extinta será a humana. É uma previsão pessimista, mas que passa a ter sentido quando acompanho o ritmo alucinante de desastres naturais e suas consequências danosas. Refletindo ainda mais sobre essas questões, este ano será realizada a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), em Belém, no Pará, que colocará tudo que se relaciona com o Ambiental no centro dos debates, encontros e palestras. Mas, afinal, qual é a relação dessa pauta com o social e a governança? A resposta é “tudo”, uma vez que as três práticas ESG se abraçam.

Em 2025, continuarei trabalhando com muita força pelo social, entre projetos artísticos, esportivos e pesquisas que são desenvolvidos e preparados pelo Instituto Olga Kos, pensando nas mais de 18 milhões de pessoas brasileiras com deficiência e em seus direitos à cidadania, visibilidade e acessibilidade. Sigo atuante pela sequência de projetos que primam pelo social.

Um discurso para história



ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista

O governo do presidente Lula não deu a menor importância ao 15 de janeiro, quando, 40 anos atrás, o Colégio Eleitoral elegeu Tancredo Neves para Presidência da República. Foi o último momento do governo militar. A partir daí vieram sucessivas modificações constitucionais, que terminaram por fazer nascer um novo país, no espaço onde antes havia a tristeza da ditadura e da ordem unida dos militares. Quem hoje propugna pelo retorno do Ato Institucional nº 5 e de todas as suas consequências deve fazer uma visita ao passado para perceber como era a vida do brasileiro sem direito à proteção do habeas corpus, sem liberdade e sem eleição. Qualquer um podia ser preso sem ordem judicial.

O silêncio do governo federal tem razão de ser. Durante a Constituinte, o líder do PT chamava-se Luiz Inácio da Silva. O partido tinha oito deputados federais. Três deles votaram a favor de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral. Foram expulsos da legenda por descumprir a orientação partidária. O sectarismo do partido trabalhista se manifestou tempos depois com relação ao Plano Real. O partido também votou contra. Perdeu nas duas ocasiões porque o avanço foi notável. Mas o PT não faz autocrítica, nem permite que o tempo reveja suas posições. O 15 de janeiro passou em maiores comemorações. Ninguém subiu em uma tribuna

para lembrar o notável discurso de Tancredo Neves naquele dia.

Em 37 minutos, Tancredo Neves agradeceu “ao valente e fiel PMDB sob o comando do deputado Ulysses Guimarães” falou do restabelecimento das liberdades democráticas, da nova Constituição que deveria ser moderna e adequada aos novos tempos, disse ter vindo em nome da conciliação, naquela que foi a última eleição indireta realizada no Brasil. E no final, apoteótico, lembrou Tiradentes, “o herói enlouquecido de esperança que disse ser possível fazer deste país uma grande nação. É o que pretendo fazer”. O presidente teve oportunidade de, em público, agradecer os esforços de Marco Maciel, Aureliano Chaves, José Sarney e até do presidente João Figueiredo que assinou a anistia e permitiu a reorganização dos partidos políticos.

Os tempos atuais cumpriram a profecia de Ulysses Guimarães. Ele previu que o próximo Congresso será sempre pior que o atual. Os tempos atuais dão razão ao deputado que presidiu a Constituinte, além do “valente e fiel PMDB”. O Brasil passou por diversos momentos críticos desde a vitória de Tancredo Neves. Os partidos políticos antes se recolhiam sob o manto do MDB. Depois da redemocratização, cada um buscou seu próprio caminho. Multiplicaram-se as legendas partidárias e a governabilidade ficou extremamente difícil.

O texto básico da Constituinte chegou, ao final do debate, na Comissão de Sistematização, como um sistema parlamentarista. O presidente Sarney iria perder um ano de mandato. Foi quando surgiu o grupo chamado Centrão, que impôs o acordo criando o sistema presidencialista, com mandato de 5 anos para o presidente Sarney e o fim do decreto-lei, que se transformou em medida provisória.

Desde então, o Brasil jamais conseguiu ter um sistema político razoavelmente organizado. A cada eleição, deputados se organizam para modificar as normas do pleito. E, depois da adoção do financiamento oficial, as verbas passaram a se contar aos bilhões. A prometida reforma para criar o voto distrital ficou esquecida em alguma gaveta do Congresso. O poder do presidente foi drasticamente reduzido por incapacidade do ex-presidente Bolsonaro, que entregou ao Congresso o controle sobre as verbas governamentais. Criou-se um parlamentarismo sem partidos políticos fortes. Trata-se de um sistema de ocasião regido por casuísmos. E o pior: o atual presidente foi eleito por um grupo minoritário no Congresso que não consegue impor seus objetivos. Não há a racionalidade presidencialista, nem a funcionalidade do parlamentarismo.

A nova democracia brasileira começou naquele dia 15 de janeiro de 1985. O erro do PT não tira o lustre do partido que conseguiu conduzir o país por quatro mandatos presidenciais. Outros dois foram para o PSDB, costela do PMDB, que, lamentavelmente, perdeu seus ideais nos últimos anos. Caminha para a dissolução. A geração que viveu a Constituinte, seus antecedentes e suas consequências, está cada vez mais longe da política e de Brasília. Lula é o último deles ainda na ativa. Ele conhece toda esta história, seus personagens, seus objetivos, seus problemas e suas derrotas. Seu governo, contudo, não tem objetivos nítidos, não definiu metas e se contenta em anunciar programas aleatórios, segundo as possibilidades de negociar com o Congresso. Seria oportuno realizar uma reforma partidária corajosa e profunda, que encerraria a transição e de acordo com Tancredo Neves poderia fazer deste país uma grande nação.